

“O vilão da economia será a inflação”

por Ângela Bittencourt
de São Paulo



Antonio de Pádua
Rocha Diniz

O tabelamento do “spread” bancário (diferença entre a taxa de captação de recursos e de aplicação) em 4% para os grandes bancos e 5% para os pequenos e médios provocará um efeito imediato: queda na rentabilidade das instituições. O resultado da medida sobre o comportamento dos juros é discutível, na opinião dos principais banqueiros do País, pois ele dependerá basicamente da inflação, que é o componente principal do custo final do crédito.

“O tabelamento do “spread” penaliza a rentabilidade dos bancos, mas os bancos recebem aliviados a decisão do governo porque a limitação da margem de ganho nos tira da situação desconfortável de sermos apontados pelo governo, pela classe política e alguns setores empresariais como os responsáveis pelos maiores que afligem a economia. A partir de agora ficará claro que o único responsável pelos juros altos é a inflação. Os bancos sairão da vitrine que os caracterizou como vilões. Os bancos cederão lugar à inflação e aos que fazem o gerenciamento da inflação”, desabafa Antônio de Pádua Rocha Diniz, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

RISCO

Rocha Diniz lembra que o “spread” no Brasil é visto como a diferença pura e simples entre a taxa de captação de recursos e a taxa de aplicação, mas alerta que na economia internacional o “spread” também remunera a taxa de risco da operação. Ele não descarta a possibilidade de o tabelamento do “spread” reduzir a dis-

ponibilidade de dinheiro para todos os tomadores. “Quem não é bom risco terá maior dificuldade de acesso aos bancos, pois as instituições — que têm custos operacionais a cobrir — não vão querer correr o risco de não receber o dinheiro emprestado sem ter margem de proteção.”

O presidente da Febraban cita por exemplo, que os governos estaduais, com raras exceções, são considerados péssimos riscos. “Por “spread” nenhum, eu gostaria de emprestar dinheiro para esse tipo de tomador, porque não teria o dinheiro de volta.”

José Baia Sobrinho, vice-presidente do Banco Mercantil de Crédito (BMC), diz que “diante da decisão do governo em tabelar a taxa de intermediação, a tendência dos bancos será restringir ainda mais a concessão de financiamentos às empresas. Na medida em que o risco de inadimplência da companhia for alto, observou Baia Sobrinho, a reação dos bancos será de não liberar o crédito, uma vez que o “spread”

Abreu, presidente do Itaú, concorda em que o tabelamento do “spread” reduzirá a receita dos bancos, mas não acredita que os juros cairão por isso. “A grande fatia dos juros está na variação da LBC, que é a correção da inflação.”

LUCRO

Moraes Abreu classifica como irracional a medida do governo de tabelar o “spread”. “Se é o resultado dos bancos que incomoda, por que não criar logo um imposto sobre o lucro? A Inglaterra fez isso. Se o governo acredita que a inflação favorece os bancos, então tribute o lucro em vez de criar entraves operacionais”, pondera o banqueiro.

O presidente do Itaú destaca o problema operacional para o controle do tabelamento do “spread”. “Alguns bancos têm acesso a determinadas agências só com canoa. Com a dinâmica do mercado, o nível dos juros deverá sofrer alterações diárias, quando as novas determinações sobre a cobrança de crédito chegarão ao destino, pode acontecer de até não valerem mais.”

Que vai ser difícil administrar o tabelamento ninguém discute. Os bancos não tinham nenhuma ideia ontem sobre que parâmetro o BC estabeleceu a margem de ganho de 4 e 5%. E este parâmetro é o começo de confusão.

“A medida é demagógica, inócuia e tecnicamente incorreta”, dispara Roberto Konder Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

“A medida é demagógica, inócuia e tecnicamente incorreta”, dispara Roberto Konder Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

“A medida é demagógica, inócuia e tecnicamente incorreta”, dispara Roberto Konder Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

José Carlos Moraes

quando a inflação cair, é tecnicamente incorreta, porque pretende igualar créditos diferentes, tanto quanto a valores, a prazos e risco.

CHAPÉU ALHEIO

Leo Wallace Cochrane Júnior, vice-presidente do Noroeste, vai além. Ele assegura que as medidas do governo não são apenas demagógicas, mas são também inflacionárias. “A antecipação de receita para estados e municípios, que significa a rolagem da dívida dos estados, provocará uma liquidez abundante com impacto inflacionário.”

Os banqueiros reconhecem que os setores mais afetados pelo desastre do Plano Cruzado foram bene-

ficiados: pequenas e médias empresas e a agricultura.

“A nova linha de refinanciamento para as micro, pequenas e médias empresas revela um esforço do governo no sentido de evitar maiores problemas financeiros, uma vez que elas foram iludidas pela inflação zero do Cruzado. O mesmo aconteceu com a agricultura. O governo, portanto, está fazendo a sua parte. Só que está fazendo isso com o chapéu alheio”, esclarece Bornhausen. “O dinheiro que está nas mãos dos agricultores é dos bancos. O governo deveria dar o benefício com incentivos fiscais. Também nesse caso, o impacto será forte sobre o resultado dos bancos.”

Rocha Diniz, da Febraban, lamenta que “quem incentivou o pequeno empreendedor a se estabelecer ou expandir seus negócios, quem incentivou o agricultor a plantar e não vender na época adequada seu produto tem que consertar a situação. Não foram os bancos que levaram as empresas e os agricultores à atual situação”.

Tudo o que está ocorrendo, na opinião de Rocha Diniz, decorre do Plano Cruzado, e não foram os bancos que fizeram o Cruzado. “Nós estamos pagando uma fatura e a conclusão é de que é melhor sofrer o rigor orçamentário do que arcar com a situação desconfortável de sermos apontados como os eternos vilões da economia.”